

NOTA TÉCNICA

PORQUE A BAHIA PERDE PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL 2011

Os dados preliminares, relativos ao PIB de 2011, divulgados pelo IBGE e pela SEI, apontam a perda de posição da Bahia para Santa Catarina e Distrito Federal no ranking do PIB nacional. Inicialmente, há que se destacar a proximidade entre as três economias, que pode ser verificada na Tabela 1. Conforme os dados, é possível destacar o ano de 2008, em que a Bahia foi ultrapassada por Santa Catarina. Em termos gerais, essas três economias se caracterizam por diferenças em suas estruturas produtivas. O Distrito Federal tem nos serviços e, particularmente, na administração pública, seu principal vetor de crescimento econômico. Santa Catarina, com maior diversificação econômica, destaca-se na produção de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, têxteis, automobilística etc.). Já a Bahia, apesar de ter grande parte de sua atividade produtiva centrada no setor de serviços, é fortemente influenciada pelo setor industrial e, particularmente, pelo segmento petroquímico (refino e química).

**Tabela 1 - PIB valores correntes: 2002
- 2010**

	Bahia	Santa Catarina	Distrito Federal
2002	60.672	55.732	56.138
2003	68.147	66.849	63.105
2004	79.083	77.393	70.724
2005	90.919	85.316	80.527
2006	96.521	93.147	89.629
2007	109.652	104.623	99.946
2008	121.507	123.282	117.572
2009	137.075	129.806	131.487
2010	154.340	152.482	149.906
2011	159.689	169.050	164.482

Fonte: CONAC/DPE/IBGE,
COREF//DISTAT/SEI

Dadas essas características particulares, é natural que fatores conjunturais, positivos ou negativos, afetem de forma diferenciada essas três economias. Em 2011, dois fatores particulares contribuíram para o desempenho negativo da indústria baiana, o que afetou diretamente o valor final do PIB.

O primeiro foi relativo ao nível de produção. Os dados da PIM-PF de 2011 apontam que naquele ano a indústria baiana registrou retração de 4,38%, enquanto que a brasileira cresceu 0,4%. No mesmo ano, Santa Catarina também registrou variação negativa (-4,77%). No caso da Bahia, a retração foi decorrente do desempenho negativo do segmento de refino de petróleo (-9,56%) e produtos químicos (-7,4%); vale lembrar que naquele ano a produção industrial baiana foi fortemente afetada pelo evento do apagão, que atingiu toda a região nordeste ainda no primeiro semestre. Ainda com respeito ao refino de petróleo, os dados da ANP revelam que, em 2011, a Bahia – segundo maior produtor, depois de São Paulo – teve queda de 7,6% na produção de derivados¹.

O segundo fator se refere ao diferencial de preços relativos no segmento da petroquímica. Em 2011 os preços do petróleo, que tem cotação no mercado internacional em dólar, cresceram aproximadamente 40,0% e, convertidos para reais, tiveram reajuste final de aproximadamente 35,0%. Paralelamente, os preços dos derivados de petróleo, que são administrados, ficaram praticamente estáveis.

Mas o que essa relação entre preços do petróleo e derivados (gasolina, óleo diesel, nafta etc) tem a ver com contas regionais? No cálculo do PIB, a função de produção do refino tem como principal insumo o petróleo extraído ou importado (interna ou externamente), o qual é computado considerando o preço do insumo no mercado internacional. Ou seja, para obtermos o desempenho da atividade de refino (Y), tomamos a sua receita de venda de produtos (R) e deduzimos os custos incorridos no processo de produção (C), resultando na seguinte equação: $Y = R - C$. Sabendo que o valor de R ficou praticamente constante e que

¹ Dentre os estados que refinam, apenas Bahia, Ceará e Minas Gerais registram queda no volume de produção de derivados, segundo dados da ANP.

o valor de C subiu, então ocorrerá que o valor de Y será menor.

Este evento aconteceu no conjunto da economia brasileira e se estendeu, proporcionalmente, aos estados que possuem a atividade de refino. Tivemos de um lado estabilidade no valor de produção e de outro crescimento nos custos de produção, reduzindo de forma drástica as margens e consequentemente o valor adicionado, sobretudo se comparado com o ano de 2010.

No que se refere à Bahia, tais efeitos foram mais visíveis devido à especialização do estado nesta atividade e, por consequência, à sua grande dependência em relação ao desempenho da mesma. Tal situação não ocorre, por exemplo, nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que possuem maior diversidade produtiva e, por isso, minimizam possíveis impactos negativos. Como Distrito Federal e Santa Catarina não possuem a atividade de refino de petróleo, não foram impactados negativamente.

Esse foi o evento que ocorreu em 2011 e que determinou o desempenho do PIB baiano. Além disso, como a Bahia possui atividade integrada entre refino e química (petroquímica) esse segundo segmento também acusou o impacto desses diferenciais de preços relativos.

Vale destacar ainda outro elemento que tem atuado constantemente contra a Bahia na estrutura do PIB brasileiro. Se até o ano de 2008 a Bahia vinha tendo a seu favor um maior nível de arrecadação de impostos (federais e estaduais), a partir de 2009 Santa Catarina passa a recolher valor acima da Bahia, particularmente nos impostos sobre importação, eliminando assim a desvantagem que tinha em relação à economia baiana. Por outro lado, os aumentos do funcionalismo público federal tem contribuído decisivamente para a expansão da economia do Distrito Federal, bem como para a arrecadação de impostos, particularmente PIS/Pasep e Cofins.

Portanto, as condições expostas acima levaram a Bahia à perda de posição na estrutura do PIB nacional para os estados de Santa Catarina e Distrito Federal. A diversificação produtiva, implicando em menor dependência de uma atividade fortemente influenciada por fatores conjunturais externos pode ser o caminho para que a Bahia retome a posição de

www.sei.ba.gov.br

sexta economia do País.

João Paulo Caetano Santos
Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI
Membro do Comitê Técnico de Contas Regionais do IBGE